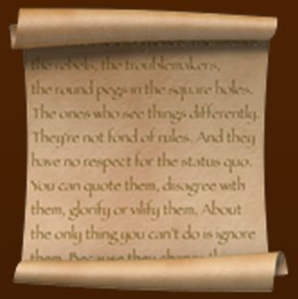
TI MAPEADA · 300 MAPAS MENTAIS DE TI

Módulo 09

LGPD, TI Pública e Contratações



30 mapas · mapas 242 a 271

Neste módulo:

242 LGPD: Conceitos
243 LGPD: Princípios
244 LGPD: Bases Legais
245 LGPD: Direitos do Titular
246 LGPD: Agentes de Tratamento
247 ANPD e Sanções
248 Dados Sensíveis e de Crianças
249 Transferência Internacional
250 Lei 14.133/2021: Visão Geral
251 Lei 14.133: Modalidades
252 Fases da Licitação
253 Contratação de TIC
254 ETP e Termo de Referência
255 Gestão e Fiscalização de Contratos
256 Lei de Acesso à Informação
257 Marco Civil da Internet
258 Governo Digital
259 Interoperabilidade (e-PING)
260 eMAG
261 Dados Abertos
262 Assinatura Eletrônica
263 Crimes Cibernéticos
264 Política Nacional de Segurança da Informação
265 SISP
266 Contratos: Duração e Alteração
267 Sistema de Registro de Preços
268 Dispensa e Inexigibilidade
269 Sanções Administrativas
270 Pregão Eletrônico
271 Software Livre e Licenças

LGPD: Conceitos

O QUE É

Lei 13.709/2018, que regula o tratamento de dados pessoais no Brasil.

1 Dado pessoal

- informação de pessoa natural identificada ou identificável

2 Dado anonimizado

- não identifica
- fica fora da LGPD

3 Tratamento

- coleta
- uso
- armazenamento
- compartilhamento
- eliminação

4 Titular

- pessoa a quem os dados se referem

5 Abrangência

- meios digitais e físicos

⚠ CAI EM PROVA

Dado pseudonimizado ainda é dado pessoal.

LGPD: Princípios

O QUE É

Dez princípios que, junto com a boa-fé, guiam todo tratamento.

1. **Finalidade; adequação; necessidade**
2. **Livre acesso; qualidade dos dados; transparência**
3. **Segurança; prevenção**
4. **Não discriminação**
5. **Responsabilização e prestação de contas**

⚠ CAI EM PROVA

Necessidade limita o tratamento ao mínimo necessário.

Material de estudo e revisão · uso pessoal

LGPD: Bases Legais

O QUE É

Hipóteses que autorizam o tratamento de dados pessoais (art. 7º).

1 Consentimento

- livre, informado e inequívoco

2 Obrigação legal e políticas públicas

3 Contrato; exercício de direitos; estudos por órgão de pesquisa

4 Proteção da vida; tutela da saúde

5 Legítimo interesse; proteção do crédito

⚠ CAI EM PROVA

Consentimento é só uma das bases legais, não a única.

LGPD: Direitos do Titular

O QUE É

Direitos que o titular pode exercer junto ao controlador (art. 18).

1 Confirmação e acesso aos dados

2 Correção de dados incompletos ou desatualizados

3 Anonimização, bloqueio ou eliminação

4 Portabilidade a outro fornecedor

5 Revogação do consentimento; informação sobre compartil

⚠ CAI EM PROVA

O titular pode revogar o consentimento a qualquer momento.

LGPD: Agentes de Tratamento

O QUE É

Quem trata os dados e quem responde por isso.

1 Controlador

- toma as decisões

2 Operador

- trata em nome do controlador

3 Encarregado (DPO)

- canal com titulares e ANPD

4 Relatório de impacto

- elaborado pelo controlador

5 Responsabilidade

- controlador e operador podem responder solidariamente

⚠ CAI EM PROVA

Agentes de tratamento são controlador e operador; o encarregado não é agente.

ANPD e Sanções

O QUE É

Autoridade que fiscaliza a LGPD e as penalidades previstas.

1 ANPD

- autarquia de natureza especial

2 Advertência

- com prazo para correção

3 Multa simples

- até 2% do faturamento
- teto de R$ 50 milhões por infração

4 Outras

- publicização
- bloqueio
- eliminação dos dados

5 Mais graves

- suspensão e proibição do tratamento

⚠ CAI EM PROVA

O limite da multa é de R$ 50 milhões por infração.

Dados Sensíveis e de Crianças

O QUE É

Categorias de dados com proteção reforçada.

1 Sensíveis

- origem racial
- religião
- opinião política

2 Mais sensíveis

- saúde
- vida sexual
- genéticos
- biométricos

3 Bases

- mais restritas
- sem legítimo interesse

4 Crianças

- melhor interesse
- consentimento de um responsável

5 Adolescentes

- também no melhor interesse

⚠ CAI EM PROVA

Legítimo interesse não serve como base para dados sensíveis.

Transferência Internacional

O QUE É

Envio de dados pessoais para outro país ou organismo internacional.

1 Permitida

- país com proteção adequada reconhecida pela ANPD

2 Garantias

- cláusulas contratuais
- normas corporativas globais

3 Outras

- consentimento específico
- cooperação jurídica

4 Regulação

- resolução da ANPD

5 Cuidado

- nuvem no exterior é transferência

⚠ CAI EM PROVA

Guardar dados em nuvem fora do país pode configurar transferência internacional.

Material de estudo e revisão · uso pessoal

Lei 14.133/2021: Visão Geral

O QUE É

Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

1 Substituiu

- Lei 8.666
- Lei do Pregão
- RDC

2 Princípios

- legalidade
- impessoalidade
- eficiência
- planejamento

3 Mais

- segregação de funções
- transparência
- competitividade

4 Agente de contratação

- conduz a licitação

5 PNCP

- Portal Nacional de Contratações Públicas

⚠ CAI EM PROVA

O PNCP centraliza a divulgação dos atos de contratação.

Material de estudo e revisão · uso pessoal

Lei 14.133: Modalidades

O QUE É

Formas de licitar previstas na nova lei.

1 Pregão

- bens e serviços comuns

2 Concorrência

- bens e serviços especiais
- obras

3 Concurso

- trabalho técnico, científico ou artístico

4 Leilão

- alienação de bens

5 Diálogo competitivo

- soluções inovadoras

⚠ CAI EM PROVA

Tomada de preços e convite deixaram de existir na Lei 14.133.

Material de estudo e revisão · uso pessoal

Fases da Licitação

O QUE É

Etapas em ordem na Lei 14.133.

1 Preparatória

- planejamento
- ETP
- TR
- orçamento

2 Edital

- divulgação

3 Propostas e lances; julgamento

4 Habilitação

- em regra depois do julgamento

5 Recursos; homologação

⚠ CAI EM PROVA

Na nova lei, a habilitação vem depois do julgamento, como regra.

Contratação de TIC

O QUE É

Regras para contratar soluções de TI na administração federal.

1 Norma

- IN SGD/ME nº 94/2022

2 Fases

- planejamento
- seleção do fornecedor
- gestão do contrato

3 Alinhamento

- PDTI e estratégia de governo digital

4 Equipe de planejamento

- técnica
- administrativa
- requisitante

5 Vedações

- pagar por homem-hora em regra

⚠ CAI EM PROVA

A IN 94/2022 dá preferência ao pagamento por resultados, não por horas.

ETP e Termo de Referência

O QUE É

Documentos centrais do planejamento da contratação.

1 ETP

- estudo técnico preliminar

2 ETP mostra

- necessidade
- alternativas
- solução escolhida

3 TR

- define o objeto para bens e serviços

4 TR traz

- requisitos
- modelo de execução
- pagamento

5 Projeto básico

- usado para obras e serviços de engenharia

⚠ CAI EM PROVA

O ETP vem antes e justifica a solução detalhada depois no TR.

Gestão e Fiscalização de Contratos

O QUE É

Acompanhar a execução do contrato para garantir o resultado.

1 Gestor

- coordena a gestão do contrato

2 Fiscal técnico

- qualidade do serviço

3 Fiscal administrativo

- obrigações trabalhistas e documentos

4 Fiscal requisitante

- área demandante

5 Instrumentos

- ordem de serviço
- termo de recebimento

⚠ CAI EM PROVA

Fiscalizar é atribuição de agentes designados formalmente.

Lei de Acesso à Informação

O QUE É

Lei 12.527/2011: garante o acesso a informações públicas.

1 Regra

- publicidade
- sigilo é exceção

2 Transparência ativa

- publicar sem pedido

3 Transparência passiva

- responder pedidos

4 Prazo

- 20 dias, prorrogáveis por mais 10

5 Sigilo

- reservada 5
- secreta 15
- ultrassecreta 25 anos

⚠ CAI EM PROVA

O pedido de informação não precisa ser justificado.

Material de estudo e revisão · uso pessoal

Marco Civil da Internet

O QUE É

Lei 12.965/2014: princípios, direitos e deveres no uso da internet.

1 Princípios

- neutralidade de rede
- privacidade
- liberdade de expressão

2 Guarda de registros de conexão

- 1 ano

3 Guarda de registros de acesso a aplicações

- 6 meses

4 Remoção de conteúdo

- em regra, por ordem judicial

5 Exceção

- nudez não consentida, por notificação

⚠ CAI EM PROVA

Provedor de conexão guarda registros por 1 ano; de aplicações, 6 meses.

Material de estudo e revisão · uso pessoal

Governo Digital

O QUE É

Lei 14.129/2021: princípios e regras do governo digital.

1 Princípios

- desburocratização
- serviços digitais
- dados abertos

2 gov.br

- identificação única do cidadão

3 Interoperabilidade

- dados compartilhados entre órgãos

4 Laboratórios de inovação

- experimentação

5 Foco

- serviço público centrado no cidadão

⚠ CAI EM PROVA

A lei prevê que o cidadão não precise reapresentar dados que o governo já tem.

Material de estudo e revisão · uso pessoal

Interoperabilidade (e-PING)

O QUE É

Padrões de interoperabilidade do governo eletrônico.

1 Objetivo

- sistemas do governo conversando entre si

2 Áreas

- interconexão
- segurança
- meios de acesso

3 Mais áreas

- organização e intercâmbio
- áreas de integração

4 Padrões

- abertos e de mercado

5 Uso

- obrigatório para o Poder Executivo federal

⚠ CAI EM PROVA

A e-PING prioriza padrões abertos.

Material de estudo e revisão · uso pessoal

eMAG

O QUE É

Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico.

1 Base

- WCAG, adaptada ao Brasil

2 Seções

- marcação
- comportamento
- conteúdo

3 Mais seções

- apresentação
- multimídia
- formulários

4 Atalhos

- teclas de acesso padronizadas

5 Obrigatório

- sites do governo federal

⚠ CAI EM PROVA

O eMAG é baseado nas recomendações da WCAG.

Dados Abertos

O QUE É

Dados públicos disponíveis para qualquer pessoa usar e compartilhar.

1 Política

- Decreto 8.777/2016

2 Portal

- dados.gov.br

3 Princípios

- completos
- primários
- atuais
- acessíveis

4 Formato

- legível por máquina
- não proprietário

5 Plano de Dados Abertos

- PDA de cada órgão

⚠ CAI EM PROVA

PDF escaneado não é formato aberto legível por máquina.

Assinatura Eletrônica

O QUE É

Lei 14.063/2020: assinaturas nas interações com o poder público.

1 Simples

- identifica o signatário

2 Avançada

- vínculo único ao signatário
- detecta alterações

3 Qualificada

- certificado ICP-Brasil

4 Qualificada

- maior nível de confiança

5 Exemplo de avançada

- assinatura gov.br

⚠ CAI EM PROVA

Só a assinatura qualificada usa certificado ICP-Brasil.

Material de estudo e revisão · uso pessoal

Crimes Cibernéticos

O QUE É

Leis que tipificam crimes informáticos.

1 Lei 12.737/2012

- Lei Carolina Dieckmann

2 Crime

- invadir dispositivo informático alheio

3 Lei 14.155/2021

- aumentou as penas

4 Fraude eletrônica

- estelionato com dados de terceiros

5 Convenção de Budapeste

- adesão do Brasil em 2023

⚠ CAI EM PROVA

Desde 2021 não é mais preciso violar mecanismo de segurança para configurar a invasão.

Material de estudo e revisão · uso pessoal

Política Nacional de Segurança da Informação

O QUE É

Decreto 9.637/2018: segurança da informação na administração federal.

1 Abrange

- segurança cibernética
- defesa cibernética
- segurança física

2 Mais

- proteção de dados
- ações contra crimes cibernéticos

3 GSI/PR

- coordena

4 Instrumento

- Estratégia Nacional de Segurança da Informação

5 Órgãos

- gestor de segurança e comitê em cada órgão

⚠ CAI EM PROVA

O GSI da Presidência coordena a política de segurança da informação.

SISP

O QUE É

Sistema de Administração dos Recursos de TI do Executivo federal.

1 Órgão central

- Secretaria de Governo Digital

2 Membros

- órgãos e entidades do Executivo federal

3 Objetivo

- organizar o planejamento e a gestão da TI

4 Instrumentos

- EGD
- PDTI
- guias e modelos

5 Modelo

- MCTI, modelo de contratação de TI

⚠ CAI EM PROVA

O órgão central do SISP é a Secretaria de Governo Digital.

Contratos: Duração e Alteração

O QUE É

Regras de prazo e alteração na Lei 14.133.

1 Serviços contínuos

- até 5 anos
- prorrogáveis até 10

2 Alteração quantitativa

- até 25% do valor

3 Reforma de edifício

- até 50% para acréscimos

4 Reequilíbrio

- fatos imprevisíveis

5 Reajuste

- por índice, após 1 ano

⚠ CAI EM PROVA

Contratos de serviços contínuos podem chegar a 10 anos.

Material de estudo e revisão · uso pessoal

Sistema de Registro de Preços

O QUE É

Procedimento para registrar preços para contratações futuras.

1 Ata

- vigência de 1 ano, prorrogável por mais 1

2 Órgão gerenciador

- conduz o registro

3 Participante

- participa desde o início

4 Não participante (carona)

- adere depois, com limites

5 Vantagem

- não obriga a contratar

⚠ CAI EM PROVA

A ata de registro de preços não obriga a administração a comprar.

Dispensa e Inexigibilidade

O QUE É

Contratação direta sem licitação.

1 Dispensa

- licitação possível, mas a lei permite não fazer

2 Dispensa por valor

- limites atualizados anualmente por decreto

3 Inexigibilidade

- competição inviável

4 Exemplos de inexigibilidade

- fornecedor exclusivo
- serviço técnico singular

5 Processo

- exige justificativa e formalização

⚠ CAI EM PROVA

Na inexigibilidade a competição é inviável; na dispensa, possível.

Material de estudo e revisão · uso pessoal

Sanções Administrativas

O QUE É

Penalidades da Lei 14.133 para licitantes e contratados.

1 Advertência

- infrações leves

2 Multa

- de 0,5% a 30% do contrato

3 Impedimento de licitar

- até 3 anos
- no ente que sancionou

4 Declaração de inidoneidade

- de 3 a 6 anos
- todos os entes

5 Defesa

- sempre assegurada

⚠ CAI EM PROVA

A inidoneidade vale para toda a administração pública.

Material de estudo e revisão · uso pessoal

Pregão Eletrônico

O QUE É

Modalidade para bens e serviços comuns, em regra eletrônica.

1 Critérios

- menor preço ou maior desconto

2 Etapas

- propostas
- lances
- julgamento
- habilitação

3 Lances

- aberto
- aberto e fechado

4 Pregoeiro

- agente de contratação do pregão

5 Não cabe

- serviços técnicos especializados intelectuais e obras

⚠ CAI EM PROVA

Pregão não é usado para obras.

Software Livre e Licenças

O QUE É

Liberdades e licenças de uso de software.

1 4 liberdades

- executar
- estudar
- redistribuir
- melhorar

2 Copyleft

- GPL exige manter a licença nas derivações

3 Permissivas

- MIT
- Apache
- BSD

4 Código aberto

- acesso ao código-fonte

5 Software público brasileiro

- portal do governo

⚠ CAI EM PROVA

Software livre não significa necessariamente gratuito.